

O ACERVO DE LIVROS DIDÁTICOS DO LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA: ORGANIZAÇÃO E CATALOGAÇÃO.

Jéferson Barbosa Costa¹

Resumo: O livro didático, por um longo período, ficou à margem das pesquisas acadêmicas, sendo visto não raras vezes, apenas como uma ferramenta didático-pedagógica. Além disso, visto como objeto perecível e banalizado por ser produzido em grandes tiragens, não era alvo de políticas de restauro e preservação por não constituir nada de raro ou singular. Atualmente, a realização de um relevante número de produções que envolvem o livro didático como objeto ou fonte de pesquisa, demonstra a ampliação dos estudos nesta área. (MUNAKATA, 2012) Este artigo pretende evidenciar a importância da criação de acervos de livros didáticos, bem como, exemplificar o método de catalogação desenvolvido para organização do acervo do Laboratório de Ensino de História vinculado ao Departamento de História da UFPel. Haja visto que, entende-se como essencial a constituição de um espaço onde pesquisadores encontrem livros didáticos bem conservados e devidamente catalogados, já que o fácil acesso ao material proporciona meios para que estudos mais qualificados sejam realizados nesta área de crescente visibilidade acadêmica.

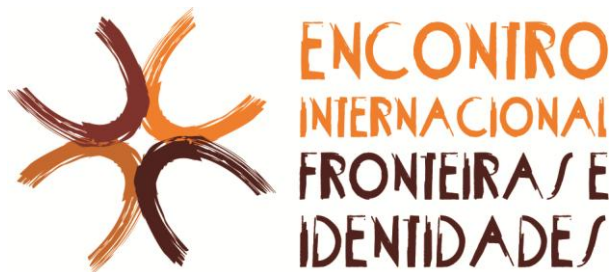
Introdução

O conceito de livro didático é historicamente recente, somente a partir da modernidade é que se cria esta generalização – conceitual, portanto, questionável² – para obras que possuam características consideradas escolares, antes disso o material era apresentado sob uma variedade de denominações que remetiam ao conteúdo, organização interna ou à seu papel diretivo. Mas o livro didático existe desde o século XV, antes mesmo da invenção da imprensa, tendo sido aliás um dos primeiros materiais impressos em série. No Brasil, foi utilizado desde os primeiros tempos de nossa colonização como ferramenta auxiliadora na instrução das elites e passou a ser produzido em maior número a partir da primeira metade do século XX, com a criação, durante o governo Getúlio Vargas, do Instituto Nacional do Livro (INL), como meio de formar uma cultura nacional. Em 1966, um acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional

¹ Graduando em História Licenciatura pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Bolsista PROBEC no Laboratório de Ensino de História. E-mail: jeferson.b.costa@gmail.com

² Choppin discorre em *O manual escolar: uma falsa evidência histórica* sobre quais características necessárias para que um material possa ser chamado de livro escolar. O autor sugere que o material pode ser definido somente através da forma como foi utilizado e, embora enfatize que não devemos nos apegar somente à um critério de identificação, levanta inclusive a hipótese de que “toda a obra utilizada em uma instituição que ministra um ensino pode ser elevada à categoria dos livros escolares. (CHOPPIN, 2009, p.64)

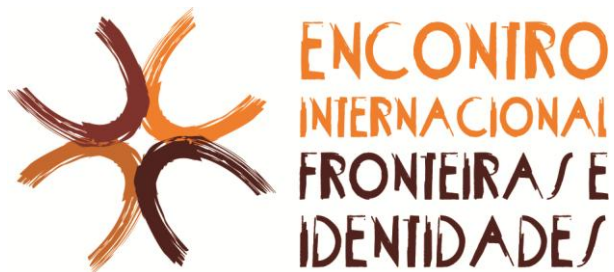


(USAID) criou a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED). Após o término do acordo, o INL desenvolveu, em 1971 o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), que foi substituído em 1985 pelo atual Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). (CHOPPIN, 2009; BAIRRO, 2009; RODRIGUES, 2008)

A partir de 1985, data em que se cria, por meio de decreto, o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), a comercialização de livros didáticos no Brasil é impulsionada de forma ímpar. Devido às novas políticas de educação, os livros didáticos passam a ser reutilizáveis e distribuídos gratuitamente, pelo governo, à todos os anos escolares. O PNLD faz a mediação entre as editoras, docentes e discentes da escola pública e, com o sistema de avaliação prévia dos livros, intervém diretamente na oferta e nos critérios que são apresentados à comunidade escolar para a escolha dos livros. As modificações no processo de fabricação e distribuição dos livros didáticos consolidaram-se na percepção dos mesmos como sendo mercadorias produzidas aos milhões dentro de uma ótica capitalista, ou seja, constituindo uma forma de obtenção de lucro e contribuem para uma mudança no foco das discussões acerca do livro didático. Neste novo contexto, ganhou relevância o papel do Estado, como gestor da produção através da organização de políticas públicas educacionais e, ao mesmo tempo consumidor deste que é o maior programa de livros didáticos do mundo. (CARDOSO, 2011; MUNAKATA, 1997; BITTENCOURT, 2004)

O acervo bibliográfico que será evidenciado no decorrer deste trabalho faz parte do Laboratório de Ensino de História (LEH) e é constituído por exemplares que vão desde o início do século XX à atualidade, contemplando, portanto, uma parte significativa da nossa história. O LEH foi fundado no ano de 2000 e desde então arrecada livros didáticos, através de doações ou de aquisições próprias. Nesses quatorze anos de existência, algumas possibilidades de catalogação foram aplicadas e todas elas cumpriram eficazmente a proposta para a qual foram pensadas à época. Ocorre que a atual proporção do acervo bibliográfico do LEH, trouxe consigo a necessidade de que um projeto de catalogação maior fosse implantado.

Atualmente o acervo conta com cerca de 700 exemplares, entre livros didáticos e paradidáticos, revistas científicas e manuais docentes. Todos os materiais são da disciplina de História e as publicações vão desde o século XIX até a atualidade. Portanto, e tendo em vista



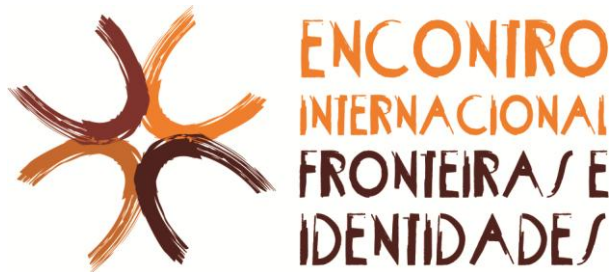
que os exemplares são requisitados para pesquisas de atuações diversas, além de serem emprestados aos estagiários do Curso de Licenciatura em História e a professores da Educação Básica, tornou-se necessário um maior controle sobre toda a coleção e uma organização física do acervo, bem como um sistema de buscas e/ou referências que possibilitem fácil acesso ao material em questão. Todavia, antes de exemplificar o processo de catalogação, cabe aqui uma sustentação teórica sobre a atual importância do livro didático como objeto ou fonte de pesquisa e, por consequência, da existência de acervos de livros didáticos.

Importância do livro didático como objeto de pesquisa

O livro didático tem sido cada vez mais utilizado como fonte de pesquisa na área de ensino. Sobretudo desde o advento da Nova História Cultural, que, ampliando o conceito de fonte, possibilitou que os manuais escolares pudessem ser vistos como portadores de fragmentos do currículo que possibilitam, além de uma história das práticas educativas e da leitura, um olhar sobre o tipo de sujeito que se ensejava criar, levando em consideração a ideologia e as normas de mercado que permeiam esta produção. (CORRÊA, 2002)

Atualmente, diversos são os teóricos que enfatizam o papel do livro didático como objeto ou fonte de pesquisa, bem como instrumento que nos permite vislumbrar diversos parâmetros das sociedades. Munakata (2012) considera que o livro didático pode conter elementos que mais nos aproximem das práticas didático-pedagógicas então efetivadas, pois diante da “impossibilidade de observação direta das situações de ensino de outrora, o livro didático pode conter elementos que mais se aproximam dos programas curriculares então efetivados.” (MUNAKATA, 2012, p.190)

Além do estudo dos programas curriculares, é possível para o historiador, através do livro didático, observar as transformações das noções científicas, dos métodos pedagógicos e das representações dos comportamentos sociais, constituindo um tipo de indicador das atividades dos alunos. Desta forma “o historiador pode assim interrogar-se sobre os usos dos manuais, estudando, por exemplo, as anotações ou os grafites que pode comportar; pode interrogar-se, mais detalhadamente, sobre a delicada questão de sua recepção, até mesmo de sua suposta "eficácia".” (CHOPPIN, 2002, p.16)



As possibilidades de pesquisas são tantas que nem mesmo nos aspectos didático-pedagógicos, com os quais tem maior proximidade, o livro didático teve todo o seu potencial extraído, pois:

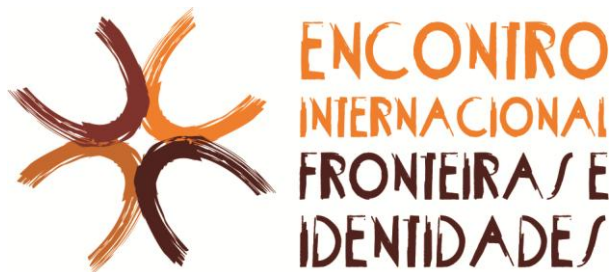
[...] o que na escola se faz com o livro didático não cabe na simples palavra “leitura”. Certamente é para ser lido, mas essa leitura pode ser silenciosa ou em voz alta, individual ou coletiva; o seu texto pode ser copiado na lousa ou no caderno; suas páginas podem ser rabiscadas [...] é transportado da casa à escola, da escola para casa, etc. – cada atividade implicando práticas escolares diversificadas. (MUNAKATA, 2012, p.186)

Objeto passível de pesquisas com variados enfoques, é possível, através do livro didático, chegar a um reflexo do contexto educacional e das relações de poder e interesses da época de cada publicação. Podendo assim proporcionar aos pesquisadores “subsídios para a constituição de uma memória ou de uma história de um grupo social”. (CARDOSO, 2011, p.29) Essa releitura torna-se possível pois o livro didático – bem como qualquer outra publicação escrita – é produzido seguindo determinada ideologia que, muitas vezes, tenta através do conteúdo proposto, moldar ou até mesmo alienar uma parcela da população. Assim sendo, “o livro de classe veicula, de maneira mais ou menos sutil, mais ou menos implícita, um sistema de valores morais, religiosos, políticos, uma ideologia que conduz ao grupo social de que ele é a emanção: participa, assim, estreitamente do processo de socialização, de aculturação (até mesmo de doutrinação) da juventude”. (CHOPPIN, 2002, p.14)

Dando segmento à complexidade do livro didático, Circe Maria Fernandes Bittencourt nos diz que as pesquisas na área podem dar uma conceituação mais aproximada deste objeto, mas o mesmo se torna praticamente impossível de ser definido, podendo então ser analisado em pesquisas com objetivos diversos que, por consequência, trarão resultados distintos:

Pode-se constatar que o livro didático assume ou pode assumir funções diferentes, dependendo das condições, do lugar e do momento em que é produzido e utilizado nas diferentes situações escolares. Por ser um objeto de “múltiplas facetas”, o livro didático é pesquisado enquanto produto cultural; como mercadoria ligada ao mundo editorial e dentro da lógica de mercado capitalista; como suporte de conhecimentos e de métodos de ensino das diversas disciplinas e matérias escolares; e, ainda, como veículo de valores, ideológicos ou culturais. (BITTENCOURT, 2004)

Concomitantemente a esta ampliação das possibilidades de pesquisas teóricas, é inegável o aumento de produções acadêmicas que tem o livro didático como objeto de estudo. Nas décadas de 1970 e 1980 os trabalhos acadêmicos envolvendo livros didáticos no Brasil

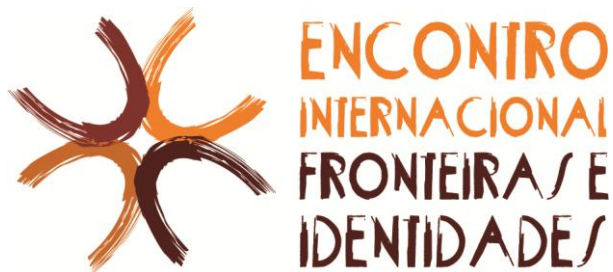


não passavam de 50 títulos e destes, boa parte destinava-se a condenar a ideologia (burguesa) que os permeava. Desta época em diante as pesquisas sobre os livros didáticos cresceram consideravelmente: 22 títulos entre 1993 e 1995; 29 em 1996; 26 em 1997; 63 em 1998; 79 em 1999 e 46 em 2000. Este crescimento culminou com a significativa marca de cerca de 800 publicações acadêmicas, entre 2001 e 2010, que tratam direta ou indiretamente dos livros didáticos. Acredita-se, contudo, que este número seja ainda maior, já que o crescente surgimento de eventos que compreendem este tema, dificulta os registros. (MUNAKATA, 2012)

Além de ganhar espaço considerável no meio acadêmico, o livro didático passou a desempenhar um papel de grande importância econômica. Não se pode pensar o livro didático, ou qualquer outra publicação bibliográfica excluindo o fato de que o objeto em questão é, antes de tudo, uma mercadoria, produzida para um mercado específico e que por isso sofrerá influências e/ou modificações seguindo determinados interesses. Principalmente em se tratando de livros didáticos, objetos com atrativos comerciais que “fizeram com que este viesse a se tornar o texto impresso de maior circulação, particularmente no Brasil”, além de provavelmente ter sido o material escolar que mais sofreu influência do mercado. (CORRÊA, 2000, p.22)

Configura-se aqui outra possibilidade de pesquisa, os aspectos econômicos e de logística da circulação de livros didáticos no Brasil, que por questões de valores ou de materialidade, tornou-se uma operação complexa de um mercado editorial que movimenta bilhões de reais todos os anos. Basta imaginar, “por exemplo, a logística envolvida para que os 160 milhões de exemplares, adquiridos pelo Programa Nacional de Livro Didático (PNLD), cheguem simultaneamente no início do ano letivo em todos os recantos do território brasileiro”. (MUNAKATA, 2012)

Até aqui, explanou-se sobre algumas facetas e temas de pesquisas possibilitadas pelo livro didático. Mas se tão facilmente pode-se evidenciar sua importância para diversos estudos, com igual facilidade deveriam ser encontrados acervos destas produções, o que não ocorre e, isto deve-se, muito provavelmente, ao descaso que comumente era aplicado aos livros didáticos. Choppin (2002) acertadamente atesta que para pais, alunos e professores os



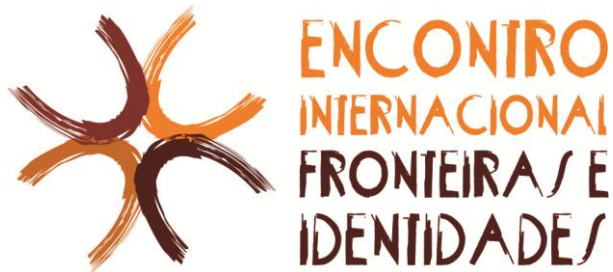
livros didáticos são objetos pertencentes ao cotidiano, muitas vezes não constituindo nada de raro, exótico ou singular. O livro didático é produzido em dezenas de milhões, o que o faz um produto “comum” e o torna uma mercadoria perecível, perdendo valor de pesquisa e de mercado quando ocorrem mudanças metodológicas ou quando há a necessidade de que fatos atuais sejam abordados. Também era, geralmente, impresso em papel de menor qualidade – já que iria se tornar descartável rapidamente – e não tinha visuais atrativos de nenhuma espécie, tendo em vista que não seriam comercializados em livrarias nem teriam espaço em coleções particulares. (CHOPPIN, 2002; RODRIGUES, 2008)

A partir do exposto, evidencia-se a necessidade da criação de acervos de livros didáticos. A existência de locais onde os pesquisadores encontrem exemplares dispostos de forma organizada e com o maior número de informações possíveis acerca de cada obra, cria ferramentas que contribuem diretamente na qualidade das pesquisas realizadas. Do mesmo modo, a facilidade de acesso cria um caminho mais simples para que novos pesquisadores sintam-se motivados à utilizarem livros didáticos como fonte ou objeto de estudo. Atualmente, analisa-se a história do livro didático como uma representação de um aspecto delineador e um agente participante da vida escolar e, portanto, da formação de pessoas. Devido à isto, chega-se a preocupação de inventariar e preservar, o máximo possível esta parcela da produção escolar. (BITTENCOURT, 2004)

A constituição do acervo do Laboratório de Ensino de História

Ao abordar as especificidades de um acervo bibliográfico³, Cardoso (2011) elenca diversos problemas encontrados no trabalho com estes objetos que, por sua diversidade ímpar, requerem atividades de restauro, higiene e organização além de configurarem diversas dificuldades na elaboração de critérios de catalogação. Ao longo do trabalho no acervo do LEH não foi diferente. Exemplo disso é o grande número de exemplares que não contém informações básicas que possibilitariam uma melhor organização, como o ano de publicação. Como é o caso do autor Agostinho Boni; há no acervo bibliográfico do LEH quatro obras

³ CARDOSO (2011) se refere ao acervo do Núcleo de Pesquisa em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, constituído, na época, por 176 cartilhas de alfabetização, sendo 24 delas - levando em consideração que os 13 livros sem data de publicação também o sejam - anteriores a década de 1980.



desse autor. Além de autor e título, o único dado que essas publicações nos trazem diz respeito a editora F.T.D. S.A., nenhum dos títulos faz qualquer referência ao nível escolar ao qual é destinado, da mesma forma, não existem quaisquer informações sobre a data de lançamento da publicação.

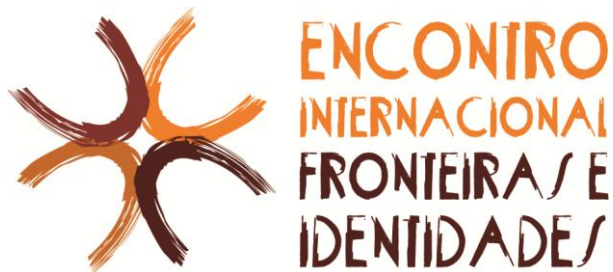
Para além desses títulos, no acervo existem outros 43 exemplares sem data de publicação e 32 exemplares que não trazem informações sobre o nível escolar ao qual são destinados. Pode-se inferir que para o uso destes livros os docentes guiavam-se pelo conteúdo e o nível das discussões desenvolvidas. Também há casos – especialmente em edições mais antigas – onde as informações não são encontradas à primeira vista, não raras vezes, dados como nível escolar e ano de publicação estão nas últimas páginas do livro, junto à informações técnicas da editora.

As questões acima citadas foram evidenciadas durante o processo de organização e catalogação do acervo bibliográfico do Laboratório de Ensino de História – LEH –, que atualmente encontra-se em andamento. O início do trabalho se deu durante o estágio da disciplina de *Organização de Arquivos Históricos*⁴, pertencente à grade curricular do Curso de Bacharelado em História. Nesta primeira fase⁵ começaram-se as discussões acerca das expectativas e necessidades em torno da catalogação e coletivamente chegou-se a decisão de que a melhor maneira de organizarmos fisicamente o acervo seria através do modelo “autor/ano”, método de organização distinto do então em voga, que classificava os exemplares por ordem de chegada no acervo através do software gratuito *MiniBiblio*.

Observou-se, contudo, que o software em questão encontrava-se obsoleto devido à complexidade atual do acervo, pois limitava as palavras-chave utilizadas em pesquisas e impedia que novos campos de organização e catalogação fossem criados pelo próprio usuário.

⁴ A referida disciplina é dividida em duas partes. Na primeira, a parte teórica, nos foi passado todo o conhecimento necessário acerca de acervos dos mais distintos materiais, bem como estratégias de organização e normativas acerca do processo de higienização dos mesmos. O estágio prático fica reservado à segunda parte da disciplina.

⁵ Durante as vinte horas de estágio exigido pela disciplina de Organização de Arquivos Históricos, no processo inicial do trabalho que realizou o projeto de catalogação do acervo, a equipe discente era composta pelos graduando em Licenciatura em História: Jéferson Barbosa Costa, Caroline Duarte Matoso e Nicole Angélica Schneider. Após a conclusão dos créditos da disciplina o projeto começou a ser desenvolvido, durante o primeiro semestre de 2014, por nova equipe de discentes do curso de licenciatura em História, composta por Jéferson Costa, Ana Gabriela da Silva Vieira e Heloísa Pereira Miranda.

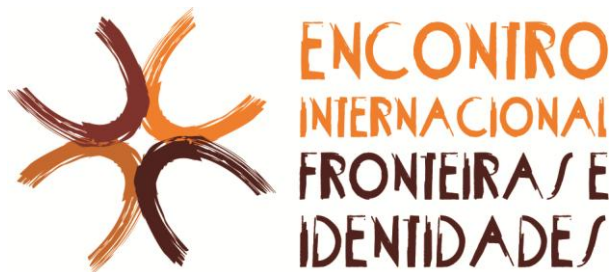


Como solução foi apresentada um modelo de planilha do software Microsoft Office Excel, tendo em vista a maior compatibilidade à esta tecnologia, já que todos os computadores⁶ e alguns dispositivos eletroeletrônicos, como celulares e tablets, oferecem acesso a esta plataforma, permitindo que o acervo seja divulgado para mais pessoas e de forma mais simples. A planilha é totalmente modificável, existe, portanto, possibilidade de criação de campos de pesquisas e métodos de classificação e organização do acervo, bem como de classificá-la de forma crescente ou decrescente baseado em quaisquer campos referentes a cada exemplar. Ou seja, a planilha pode ser organizada por ordem crescente/decrescente de autores ou títulos, ano de publicação, editora, nível escolar, número de páginas de cada exemplar, etc. Contudo, não cabe aqui maior detalhamento acerca de como se dá, na prática, o uso desta ferramenta.

A escolha de organizar o acervo fisicamente por autor/ano, se deu por convencionarmos ser esta forma a que mais facilita que pesquisas sejam realizadas em um acervo que cobre um amplo período, com vasta gama de autores. Após, entramos na parte mais densa do projeto, a busca por um método de criação de códigos únicos a cada exemplar. Após extensa e minuciosa pesquisa sobre o assunto, tendo em vista que ainda são raras as produções acerca da catalogação de livros didáticos, nos deparamos com o software *OCLC Dewey Cutter Program*, tendo sido este indicado por Carolina Meroni, bibliotecária da Universidade de Caxias do Sul (UCS). O software OCLC realiza a criptografia de palavras, convertendo-as em numerais precedidos de sua letra inicial, fornecendo assim um código alfanumérico correspondente à cada palavra. Contudo, dada a especificidade da produção de livros didáticos, várias foram as dificuldades encontradas para a criação dos códigos alfanuméricos.

A ideia inicial era a de formar um código produzido pelo software OCLC a partir do sobrenome do autor, juntamente com a letra inicial do título e os três últimos dígitos do ano de publicação. Caso o autor houvesse lançado exemplares diferentes em um mesmo ano, os código seriam diferenciados adicionando letras iniciais referentes as palavras que compunham o título de cada obra.

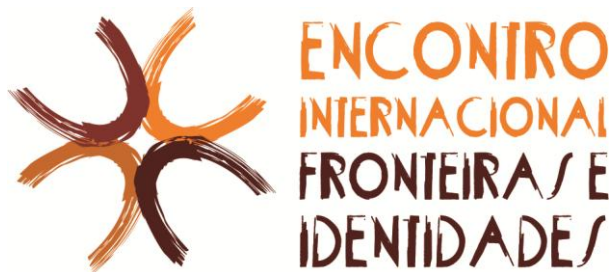
⁶ Atualmente a grande maioria dos computadores possuem o pacote Microsoft Office em seu sistema operacional. Para além do consagrado software, existem opções gratuitas e compatíveis com arquivos .xls, como o pacote de programas LibreOffice, que pode ser adquirido gratuitamente em <https://pt-br.libreoffice.org/>



Neste ponto nos deparamos com três problemas. O primeiro deles foi o fato da maior parte dos títulos – seguindo as normas de catalogação, ou seja, excluindo artigos e preposições – começarem com a letra H, fato corriqueiro em se tratando de livros de História que geralmente levam o nome da disciplina no início do título da obra. O segundo é que existem várias coleções de livros didáticos lançadas em um mesmo ano e que possuem o mesmo título, só havendo distinção do nível escolar ao qual são destinadas. Finalmente, existem diversos autores de mesmo sobrenome, que lançaram livros em um mesmo ano, o que acabaria gerando códigos iguais para livros diferentes. Bem como obras com o mesmo título, lançados em um mesmo ano, mas de autores diferentes. Fato este que é comum devido à repetição frequentes de títulos como *História do Brasil*, *História Geral*, e etc. Com estes óbices, haveria a possibilidade de que códigos iguais fossem criados para obras ou autores diferentes, o que é inadmissível na organização de um acervo deste porte.

Como resolução, adicionou-se ao código já existente, outra sequência alfanumérica, desta vez formada pelo primeiro nome do autor e retirou-se do código a letra inicial do título anexando em seu lugar o nível escolar ao qual a publicação é destinada. Portanto, os códigos seriam formados respectivamente pelo código alfanumérico do último sobrenome e do primeiro nome do autor, seguidos dos três últimos dígitos do ano de publicação e do nível escolar, sendo todos os campos separados por ponto final a fim de facilitar a visualização.

Ocorre que, acompanhando as mudanças educacionais, os livros didáticos são produzidos de acordo com as denominações de sua época, o que acarreta em diferentes nomenclaturas para um mesmo nível escolar. O acervo do LEH conta com exemplares destinados ao primeiro e segundo grau; ensino fundamental; ensino médio; primeiro, segundo e terceiro ano do ensino médio; ginásio; colegial; séries (1^a à 8^a); à nova formação dos anos escolares, com anos (1^o ao 9^o) no lugar das séries, etc. Além disso, conta com exemplares publicados na época de transição que possuem duas denominações, geralmente ano e série e, nesse caso, optamos por privilegiar sempre a nomenclatura mais recente. Diante disso, foram criadas siglas para cada nomenclatura, como EF (Ensino Fundamental), 1G (Primeiro Grau), 7S (Sétima Série), 7A (Sétimo Ano), etc. Em suma, os códigos ficaram desta maneira: *S2373.M332.991.EF* – Sendo *S2373.M332* os códigos alfanuméricos formados com o



primeiro nome e último sobrenome do autor; 990 os três últimos dígitos do ano de publicação; e *EF* o nível escolar (Ensino fundamental).

Porém, este método ainda dava margem para a existência de códigos iguais para obras diferentes, visto que são várias as reedições de livros didáticos e, devido a isto, não é incomum que em um mesmo ano um autor publique dois livros destinados à um mesmo nível escolar, um produzido naquele ano e uma obra anterior que tenha sido reeditada. Também existem casos onde um mesmo autor lança dois livros inéditos em um mesmo ano. Além do mais, coleções que possuam todos os seus exemplares destinados, por exemplo, ao Ensino Fundamental, ficariam com códigos iguais. Também é comum que coleções sejam lançadas com um mesmo título, para um mesmo nível escolar (por exemplo, Ensino Médio) e em um mesmo ano, distinguindo seus exemplares apenas pelo *Volume I, II, III*, etc. Baseado nesta última peculiaridade, ao final do código de livros pertencentes à coleções foi adicionado o volume referente ao exemplar – *S2373.M332.991.EF.V2*. Em casos onde livros diferentes de um mesmo autor, tenham sido lançados em um mesmo ano e possuem mesmo volume e/ou nível escolar, será adicionado um numeral no final de cada código, fazendo com que o mesmo seja específico à cada exemplar, de modo que a organização e facilidade de acesso sejam sempre preconizadas. Em casos de livros repetidos, adiciona-se ao código do exemplar a sigla “*ex + 2, 3, etc.*” a partir do segundo livro, desta forma, ao chegarem novos exemplares ao acervo os mesmos são incluídos na catalogação sem nenhuma dificuldade.

Cabe lembrar que planilha é acompanhada de legendas, explicando o significado de cada parte que compõe do código e que mesmo sem conhecimento algum sobre como se dá a formação do código o usuário terá acesso à todas as informações disponíveis, para assim melhor usufruir de todos os títulos disponíveis no acervo. Desta maneira consideramos encerrada a etapa de formação dos códigos e partimos para a prática de catalogação e organização do acervo. Porém, não cabe aqui tratar desta etapa do processo que ainda está em desenvolvimento e será certamente melhor detalhada em trabalhos posteriores, junto à demais informações sobre a utilização da planilha e explicações mais aprofundadas acerca da disposição física do acervo.

Referências Bibliográficas



BAIRRO, Catiane Colaço de. *Livro Didático - Um olhar nas entrelinhas de sua história*. VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2009.

BITTENCOURT, Circe. *Em foco: História, produção e memória do livro didático*. Educação e Pesquisa. vol.30, n.3. São Paulo, 2004.

CARDOSO, Cancionila Janzkovski. *A constituição de acervos para o estudo da história da educação*. Ensino Em Re-Vista, v.18, n.1. Uberlândia, jan./jun., 2011.

CHOPPIN, Alain. *O manual escolar: Uma falsa evidência histórica*. Tradução: Maria Helena Camara Bastos. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPEl, v.13, n.27 p.9-75, jan./abr. Pelotas, 2009.

CHOPPIN, Alain. *O historiador e o livro escolar*. Tradução: Maria Helena Camara Bastos. História da Educação. ASPHE/FaE/UFPEl, p.5-24. Pelotas, 2002.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. *O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação*. Cadernos Cedes, ano XX, nº 52. Campinas, nov., 2000.

MATE, Cecília Hanna. *Didática e História: Encontros possíveis*. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

MOREIRA, Kênia Hilda. *Livros didáticos como fonte de pesquisa: Um mapeamento da produção acadêmica em história da educação*. Educação e Fronteiras On-Line, v.2, n.4, p.129-142. Dourados/MS, jan./abr., 2012.

MOREIRA, Kênia Hilda. *Localização, identificação e catalogação de livros didáticos*. VII Congresso Brasileiro de História da Educação. Anais do VII CBHE. EdUFMT, v.1. p.1-10. Cuiabá, 2013.

MUNAKATA, Kazumi. *O livro didático: alguns temas de pesquisas*. Revista Brasileira de História da Educação, v.12, n.3 (30), p.179-197. Campinas, set/dez, 2012.

PIROLA, André Luiz Bis. *Bibliotecas escolares e acervos de livros didáticos*. II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial. Rio de Janeiro, 2009.

RODRIGUES, Melissa Haag. *O livro didático ao longo do tempo - a forma do conteúdo*. CEART-UDESC, 2008.

SALLES, André Mendes. *O livro didático como objeto e fonte de pesquisa histórica e educacional*. Revista Semina, V10. Paraná, 2011.